

A (RE)CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA ENFERMAGEM DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)

THE (RE) CONFIGURATION OF THE NURSING FIELD DURING "ESTADO NOVO" (1937-1945)

LA (RE)CONFIGURACIÓN DEL CAMPO DE LA ENFERMERÍA DURANTE EL "ESTADO NOVO"
(1937-1945)

Ieda de Alencar Barreira¹
Suely de Souza Baptista¹

RESUMO: O objeto do estudo são as mudanças ocorridas na enfermagem no período denominado Estado Novo. Objetivos: analisar o panorama da enfermagem na capital federal no período e discutir os efeitos da influência da Igreja católica e das enfermeiras do governo americano na enfermagem brasileira. Fontes utilizadas: documentos escritos do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, bem como a literatura existente sobre a temática. A interpretação dos achados apoiou-se na Teoria do Mundo Social de Pierre Bourdieu. Os resultados evidenciaram profundas alterações, em termos de formação profissional, mercado de trabalho e institucionalização do exercício da enfermagem, as quais ocorreram no bojo de reformas educacionais e sanitárias, em meio a um crescente poder da Igreja católica e da forte influência norte-americana no contexto da segunda guerra. Este jogo de forças determinou a reconfiguração da identidade da enfermeira brasileira e do próprio **campo da enfermagem**.

PALAVRAS-CHAVE: história da enfermagem, prática da enfermagem, ensino da enfermagem, Brasil

ABSTRACT: The subject of this study is the changes the nursing field went through during the period called Novo Estado. Objectives: analyze the nursing environment in the Federal Capital during the period mentioned; discuss the effects of the influence of the Catholic Church and nurses of the American government in the Brazilian nursing environment. Sources: documents obtained from the Documentation Center in Anna Nery/UFRJ School of Nursing and from literature on the topic. The interpretation of the findings was based on the Theory of the Social World by Pierre Bourdieu. Results showed deep changes in terms of professional education, labor market and institutionalization of the nursing assistance in a period (after the World War II) in which the Catholic Church and the United States had increased their power and influence. This new context determined the reconfiguration of the identity of Brazilian nurses and of the nursing field.

KEYWORDS: history of nursing, nursing practice, nursing teaching, Brazil

RESUMEN: El estudio tiene como objeto los cambios ocurridos en la enfermería en el periodo denominado "Estado Novo". Objetivos: analizar el panorama de la enfermería en la Capital Federal y discutir los efectos de la influencia de la Iglesia católica y de las enfermeras del gobierno americano en la enfermería brasileña. Fuentes utilizadas: documentación escrita del Centro de Documentación de la Escuela de Enfermería Anna Nery / UFRJ, así como la literatura existente sobre el tema. La interpretación de los datos se apoyó en la Teoría del Mundo Social de Pierre Bourdieu. Los resultados evidenciaron profundas alteraciones, en términos de formación profesional, mercado de trabajo e institucionalización del ejercicio de la enfermería. Dichas alteraciones ocurrieron en medio a las reformas educativas y sanitarias; a un creciente poder de la Iglesia católica y a la fuerte influencia norteamericana en el contexto de la segunda guerra. Ese juego de fuerzas determinó la reconfiguración de la identidad de la enfermera brasileña y del propio campo de la enfermería.

PALABRAS CLAVE: historia de la enfermería, práctica de la enfermería, enseñanza de la enfermería, Brasil

Recebido em 14/01/2002
Aprovado em 26/06/2002

¹ Professoras Titulares do Departamento de Enfermagem Fundamental/EEAN/UFRJ; membros do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras); Pesquisadoras CNPq nível 1 A e B.

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo são as mudanças ocorridas na enfermagem no período histórico denominado Estado Novo (1937-1945), o qual deu início a relevantes mudanças, de grande impacto na trajetória da enfermagem, no Rio de Janeiro e no país, tanto no ensino como na prática profissional. As fontes primárias utilizadas consistem de documentos escritos encontrados principalmente no Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ. As fontes secundárias, além das bibliotecas especializadas, foram buscadas ainda no Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras), do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN, que mediante os sucessivos projetos apoiados pelo CNPq, vem mantendo um Banco de Textos e Bibliografias, e realizando um trabalho de catalogação de biografias, ou seja, o "Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira". A análise dessas fontes históricas permitiu a construção de uma versão original dos desdobramentos da complexa crise pela qual então passava a sociedade brasileira, sobre a política de saúde em geral e sobre o ensino e a prática da enfermagem em particular. A teorização interpretativa teve como referência o pensamento de Pierre Bourdieu, que estuda os diferentes espaços sociais, sua configuração e origem, bem como as hierarquias e as lutas entre os agentes no interior desses espaços (BOURDIEU, 1989, p.60).

Os objetivos do presente estudo foram: analisar o panorama da enfermagem na capital federal no período; e discutir os efeitos da influência da Igreja católica e das enfermeiras do governo americano na enfermagem brasileira.

MUDANÇAS OCORRIDAS NO PANORAMA DA ENFERMAGEM

O Estado Novo marcou o fim da autonomia federativa e o avanço do poder central. A nova carta constitucional de 1937 conferiu ao presidente da república poderes para nomear interventores nos estados e para governar através de decretos-leis. Suas promessas de realização de plebiscito para a aprovação da nova constituição, de eleições para o parlamento e de revogação do estado de emergência não foram cumpridas (FAUSTO, 1999, p.361-366). Enquanto o Estado "ia concentrando decisões e execuções", no âmbito da saúde, ao tempo em que promovia a expansão dos programas de assistência médica, apresentava-se como o promotor da saúde pública (CORTÊS, 1984, p. 36).

A reforma administrativa implementada pelo novo regime instituiu um novo órgão de direção geral no MES, o Departamento Nacional de Saúde (DNS), sob a direção do sanitarista João de Barros Barreto, bem como órgãos executivos de ação direta contra as epidemias mais avassaladoras, especialmente as rurais e também Delegacias Federais de Saúde¹, que repartiam o território nacional em oito regiões sanitárias e garantiam a presença constante do governo federal nos estados, no momento em que neles ocorria um processo similar de reestruturação.

O serviço de enfermagem de saúde pública que assistia à população da cidade do Rio de Janeiro, capital federal, desde a Reforma Carlos Chagas, foi afetado por sucessivas determinações legais que terminaram por

desmontar o modelo implantado pela Missão Parsons, após uma década de vigência. Desde 1935 havia sido encerrado o comando único dos órgãos federais de enfermagem², colocando a escola e o serviço de enfermagem em departamentos diferentes, ainda que no âmbito do mesmo órgão, o Ministério da Educação e Saúde. Tal distanciamento se completou com a incorporação da EAN à Universidade do Brasil (UB)³.

Depois, a área de atuação das enfermeiras do DNSP, até então restrita ao Distrito Federal, foi ampliada para todo o território nacional⁴, de modo a reforçar sua presença nos estados da federação. Por exemplo, o trabalho realizado no Recife, cujo relatório⁵ foi publicado na revista Anais de Enfermagem, são mencionados os serviços de higiene infantil, higiene pré-natal, tuberculose, epidemiologia e lactário dos diversos centros de saúde, de acordo com o sistema de visitação "polivalente", ou seja, que atendia às necessidades de todos os setores de cada centro. A autora deste documento evidencia a perspectiva eugênica do trabalho sanitário, reproduzido pelas enfermeiras de saúde pública, ao ressaltar o "número incrível de famílias paupérrimas, que não podem criar filhos sadios e fortes". Neste sentido, encarece a necessidade da suplementação alimentar, de aumentar o número de visitadoras sanitárias e de melhorar seu nível, enquanto não fosse possível a instalação de uma escola de enfermagem no estado (PONTES, 1938, p.40-43).

A atuação das enfermeiras federais nos órgãos de saúde pública dos estados teve como consequência a modificação de suas funções e atribuições: em vez de atuarem diretamente junto às famílias e aos doentes nos domicílios e nos centros de saúde, como faziam no Rio de Janeiro, elas passaram a preparar visitadoras para os quadros de pessoal dos serviços de saúde pública estaduais. Tal estratégia correspondeu a uma mudança em direção oposta ao do projeto defendido na década de 20 por Ethel Parsons⁶, quando chefe da Missão de Enfermeiras patrocinada pela Fundação Rockefeller para implantar a enfermagem moderna no Brasil. Parsons usara todo seu prestígio para extinguir a categoria de visitadora sanitária no Rio de Janeiro, apesar da forte oposição dos médicos sanitaristas. Na verdade, esta política de treinamento de visitadoras se fez por imposição de Barros Barreto, diretor do DNS e contra a opinião expressa das líderes de enfermagem⁷.

Neste mesmo ano de 1938 foram organizados serviços também nos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe, Estado do Rio, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás⁸. Com efeito, se nas capitais dos estados a situação de suas populações era de todo insatisfatória, no interior ela era deplorável.

O cientista Evandro Chagas⁹, em artigo publicado na revista Anais de Enfermagem, apontava como "fatores máximos de degradação física das populações rurais (...) a insuficiência alimentar e as doenças endêmicas do interior". Entre as medidas para a solução do problema sanitário indicava ele, ademais da elevação do nível econômico e social dessas populações, o estudo de suas condições físicas e o esclarecimento de problemas médicos a elas relacionados, a assistência médica, a educação sanitária e a execução de medidas profiláticas. Ressaltava ele que, sendo a ação

da enfermeira de importância decisiva na assistência médica e na educação sanitária, ela deveria receber um treinamento mais completo, pois à enfermeira rural caberia a delicada ação social de introduzir “hábitos e costumes de civilização em coletividades sem qualquer adaptação às normas da vida cosmopolita”. Apesar de reconhecer que seria mais fácil para um homem enfrentar as condições adversas de trabalho e de vida no interior, em sua opinião, tal papel civilizador do *hinterland* deveria ser atribuído à mulher brasileira, pois só ela teria “as condições mentais e de espírito para, com facilidade, vencer as tradições e os preconceitos das populações rurais, mais habituadas a verem na obra pública a ação perseguidora do que a atividade protetora e benfazeja” (CHAGAS, 1938, p.5-7).

Apesar dessas considerações, logo no ano seguinte, em sentido contrário, atendendo à diretriz geral do governo, de ampliar a atuação federal para todo o território nacional, foram transferidos à administração municipal da capital da república os encargos de natureza local (HOCHMAN; FONSECA, 1999, p.84). A passagem, para a Prefeitura do Distrito Federal^x, dos serviços de saúde pública do MES sediados no Rio de Janeiro, motivou a renúncia de Barros Barreto. No rol dos serviços transferidos estavam incluídos hospitais, a rede de centros de saúde, recentemente organizada, bem como o serviço de enfermeiras de saúde pública, as quais voltaram a ter seu âmbito de atuação novamente restringido à capital federal. A retirada das enfermeiras federais das secretarias estaduais gerou uma crise nos respectivos serviços de enfermagem de saúde pública. E apesar de vir a ser criado um quadro de enfermeiras de saúde pública na Prefeitura do Distrito Federal, com 300 cargos^{xi}, estes nunca chegaram a ser totalmente preenchidos e a enfermagem de saúde pública do DF não voltou a ter a mesma autoridade e prestígio que tivera até 1938 (BARREIRA, 1996, p.59-60).

No início dos anos 40, Barros Barreto foi reconduzido à direção do DNS, promovendo nova reestruturação do órgão. Na Reforma Barros Barreto^{xii} merecem destaque: a criação da Divisão de Organização Sanitária (DOS) e da Divisão de Organização Hospitalar (DOH), a criação de órgãos executivos de administração direta para o combate às doenças transmissíveis (malária, febre amarela, peste, tuberculose, lepra, bem como o saneamento ambiental) e também ao câncer e às doenças mentais; e a centralização, no Instituto Oswaldo Cruz, das atividades de pesquisa, de produção de soros e vacinas, do laboratório de referência para a saúde pública e da formação e especialização de técnicos de alto padrão (RODRIGUES, 1967, p. 115-116).

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM

Enquanto a imagem da enfermeira de saúde pública perdia sua nitidez, crescia o número de hospitais. No entanto, estes não acompanhavam o movimento do “hospital moderno”. No que se refere à enfermagem, por um lado, grande parte dos hospitais da cidade pertencia a instituições católicas, que encarregavam mulheres religiosas do serviço de enfermagem, e em relação às quais os médicos em geral preferiam evitar confrontos (BARREIRA, 1999b, p.136-139). Por outro lado, em decorrência de uma política de contenção

dos gastos com “investimentos sem retorno” (como a construção e instalação de hospitais), o que se observou mais, apesar de existir a possibilidade da criação de serviços próprios de assistência médica da previdência social, foi a compra de serviços médicos de terceiros (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986, p.90, 93) voltados para o lucro, aos quais não interessava a contratação de enfermeiras diplomadas.

Grande parte da população era atendida por pessoas, de ambos os sexos, que adquiriam experiência na prática cotidiana, sem qualquer preparo formal, os chamados enfermeiros práticos, os quais, apesar de serem considerados pelas enfermeiras diplomadas como despreparados, constituíam a maior parte da força de trabalho de enfermagem. Neste sentido, desde 1934 havia uma determinação legal no sentido de que a Escola Anna Nery promovesse provas de habilitação para esses exercentes^{xiii} (CARVALHO, 1976, p.130, 211-212). No entanto, as enfermeiras diplomadas, beneficiárias do decreto de regulamentação da profissão, eram detentoras de um maior capital cultural, que legitimava suas pretensões de reorganização da enfermagem. Mas, ao contrário de suas expectativas, continuavam a ser feitas nomeações desse pessoal leigo^{xiv} para chefias de enfermagem e o diploma de enfermeira não era exigido para inscrição nos concursos públicos.

Na luta pela ocupação desses espaços, o Sindicato de Enfermeiros Terrestres defendia os interesses dos práticos, enquanto a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) procurava assegurar os direitos das novas profissionais (OLIVEIRA, E.; BARREIRA, I., 2001, p. 7, 9). Inicialmente, apenas o representante sindical integrava a comissão designada pelo ministro do Trabalho para estudar a regulamentação da profissão de enfermeira. Diante dos protestos e apelos da diretora da EAN, ela passou a integrar a comissão, na qualidade de representante do ministro da Educação e Cultura. Também a presidente da ABED^{xv} foi admitida como representante da classe^{xvi}. Ocorria assim o reconhecimento das novas líderes como figuras autorizadas a anunciar o discurso da enfermagem nacional.

Durante o Estado Novo foram realizados exames pelo menos nos anos de 1937, 1939 e 1941, com sete (cinco aprovados), vinte e seis (dezessete aprovados) e nove candidatos (nenhum aprovado), respectivamente, ou seja, no período de quatro anos foram examinados apenas 42 candidatos, sendo que cerca da metade não obteve aprovação. Daí se pode deduzir que tais exames, se puderam encaminhar situações individuais, em nada alteraram o quadro geral da prática profissional (OLIVEIRA, E.; BARREIRA, I., 2001, p.11-12).

Entretanto, desde 1925, ano de formatura das pioneiras, se vinha formando na América do Norte (EUA e Canadá) uma elite profissional nativa, ainda sob os auspícios da Fundação Rockefeller, mas a partir de indicações da diretora da Escola Anna Nery. Também era utilizada a estratégia de aperfeiçoar o corpo de instrutoras da Escola mediante a realização de estágios complementares nos hospitais especializados do DNSP: o hospital infantil Artur Bernardes e o hospital de isolamento São Sebastião. Ao término da Missão Parsons, em 1931, havia se completado o processo de substituição das enfermeiras estrangeiras por enfermeiras diplomadas brasileiras, sendo que dezoito delas haviam

realizado estudos de pós-graduação no exterior (RIBEIRO; BARREIRA, 2001, p. 5-7).

Esta situação favorável permitiu que, no mesmo mês em que viajou Ethel Parsons, de volta para os EUA, a primeira diretora brasileira da Escola promovesse um curso de aperfeiçoamento sobre o ensino de enfermagem^{xvii}. Nos anos seguintes foram oferecidos cursos e estágios sobre vários temas, como psicologia e prática de administração, dietética, e problemas de enfermagem e administração. Em 1935 teve continuidade a concessão de bolsas de estudos pela Fundação Rockfeller^{xviii} (RIBEIRO; BARREIRA, 2001, p.11). A revista *Anais de Enfermagem*^{xix}, em dezembro de 1938, anunciava o regresso recente de quatro enfermeiras bolsistas^{xx}. Chama a atenção a diversidade do programa de cada uma delas, em termos de duração, instituições envolvidas^{xxi} (estágios e visitas) e especialidades^{xxii}.

De outro modo, a atuação das enfermeiras ampliou-se também no campo militar. Em julho de 1932, dezessete diplomadas haviam tido uma experiência de enfermagem de guerra, durante a rebelião paulista contra Vargas (a revolução constitucionalista). E em 1944, após a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)^{xxiii}, foi criado o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército^{xxiv}. As enfermeiras da FEB não teriam posto militar, mas seriam remuneradas como 2º sargento, o que não foi aceito nem pela Escola Anna Nery^{xxv}, nem pela Escola da Cruz Vermelha. Diante disto foi aberto o voluntariado, mediante as inscrições para o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, com três meses de duração, incluindo preparação física, instrução militar e estágios de enfermagem. Os atributos pessoais exigidos das candidatas eram os de ser brasileira nata, ter entre 20 e 40 anos de idade, ser solteira ou viúva e sem filhos. Posteriormente algumas dessas exigências foram relaxadas (SILVA, 1996, p.143, CYTRYNOWICZ, 2000, p.80-81, VIANNA; BARREIRA, 2001, p.21).

Quanto à qualificação profissional, o diploma de enfermeira não era exigido, bastando um certificado de Curso de Samaritana Socorrista^{xxvi}, de 40 horas, organizado pela Legião Brasileira de Assistência “para a defesa passiva do Distrito Federal”, por uma comissão designada por Darcy Vargas e composta por três militares (o Secretário Geral de Saúde e Assistência, o diretor do Hospital Central do Exército, o diretor da Cruz Vermelha Brasileira) e a diretora da EAN. Tal comissão contaria com a colaboração de um médico e três enfermeiras, entre elas, Clara Louise Kieninger, assessora do Instituto de Assuntos Inter-Americanos (IAIA/EUA) e Zaira Cintra Vidal^{xxvii}, presidente da ABED. Também era válido o Curso de Socorrista Voluntária de Guerra, oferecido pela EAN. Na falta de um certificado serviria até mesmo um atestado de um serviço de saúde, declarando a condição de enfermeira da candidata na instituição (VIANNA; BARREIRA, 2001, p.21). Não consta que qualquer escola de enfermagem ou enfermeira diplomada tenha participado da organização ou do desenvolvimento do curso (SILVA, 1996, p. 153).

Em 1944 foi criado o Quadro de Enfermeiras da Reserva da Aeronáutica^{xxviii}. Engajaram-se na Força Aérea Brasileira (FAB)^{xxix}, cinco enfermeiras diplomadas pela EAN^{xxx} chefiadas por Izaura Barbosa Lima^{xxxi}, da turma pioneira desta escola e chefe da seção de enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Educação

e Saúde, o mais alto cargo de enfermeira de saúde pública no país. Este pequeno grupo, de fato, recebeu a patente de 2º tenente e viajou para a Itália em setembro de 1944. Lá atuaram em um *general hospital* e em um *station hospital*, destinados aos pilotos brasileiros, trabalhando ao lado de médicos brasileiros, entre os quais Lutero Vargas, filho do presidente da República^{xxxii} (LIMA, 1945, p.14-19, 1946, p.21-27, SILVA, 1996, p.179-180).

A IGREJA CATÓLICA E O DISCURSO AUTORIZADO SOBRE A ENFERMAGEM

Com o término da Missão Parsons aumentara a influência da Igreja católica no ensino de enfermagem, tendo como mediadora a figura de Laís Netto dos Reys^{xxxiii}, desde o início da década diretora da Escola Carlos Chagas, em Belo Horizonte, a primeira a formar religiosas no país. Seus fortes vínculos com a alta hierarquia da Igreja são evidenciados nas manifestações por ela recebidas, em Belo Horizonte, em 1938, por motivo de sua nomeação para dirigir a Escola Anna Nery. Além da missa de ação de graças, acorreram à sessão solene de homenagem

representantes das autoridades, médicos, inúmeros sacerdotes, todas as alunas da escola de enfermagem, as enfermeiras de nossa capital, revmo (sic), irmãs dos estabelecimentos hospitalares, representantes da Associação Feminina e Masculina da Ação Católica, representantes dos colégios católicos e grande número de amigos e admiradores da consagrada mestra^{xxxiv}.

A implantação desta primeira escola governamental de orientação católica teve um papel fundamental na defesa do espaço ocupado pela Igreja nos serviços de saúde, pois veio possibilitar às ordens religiosas a criação de suas próprias escolas de enfermagem, dirigidas por religiosas enfermeiras e com participação significativa de religiosas no seu corpo docente (BAPTISTA; BARREIRA, 1999, p. 72). Assim é que, em 1939, as Irmãs de Caridade criaram, no Rio de Janeiro a Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Marillac (TEIXEIRA et al., 1998, p.53). Tanto esta escola como a Escola Carlos Chagas e ainda a Escola de Enfermeiras do hospital São Paulo, das irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, foram equiparadas à Escola Anna Nery (padrão oficial) durante a gestão de Laís Netto dos Reys na Escola Anna Nery, em março de 1942 (BAPTISTA; BARREIRA, 1997, p.12).

Ainda na mesma gestão diplomaram-se as primeiras religiosas enfermeiras na Escola Anna Nery, mediante acordo com a Visitadora das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, Mère Marie Antoinette Blanchot^{xxxv}, no sentido de que fossem feitos arranjos especiais no internato da Escola, e com a devida permissão do cardeal do Rio de Janeiro, d. Sebastião Leme (TEIXEIRA et al., 1998, p.58).

Não obstante, mesmo não mais estando a diretora da Escola Anna Nery subordinada à autoridade sanitária, ao atuar nos estados, as enfermeiras de saúde pública federais entendiam como parte de suas funções o recrutamento de candidatas para a Escola Anna Nery, entre as melhores alunas dos cursos de visitação e também nas escolas secundárias. Assim, mudou a composição do alunado da Escola, que passou a receber um significativo número de jovens “de fora” do Rio de Janeiro, principalmente das regiões

norte e nordeste^{xxxvi} (BARREIRA, 1996, p.59). A instituição da EAN como núcleo de profissionalização de jovens mulheres tornou-se possível não só pela existência do internato gratuito, que permitia sua estada no Rio de Janeiro praticamente sem ônus para suas famílias, mas também pela garantia de preservação de sua honra, que lhes oferecia a escola, à qual os pais da aluna a entregavam em confiança. A diretora da escola, por sua vez, fazia valer o crédito dado à instituição pela palavra autorizada do cardeal do Rio de Janeiro, ao permitir que as irmãs de caridade lá residissem.

Aliás, a atuação dessa diretora foi sempre no sentido de estreitar a ligação entre as enfermeiras católicas e a alta hierarquia da Igreja, a qual era bastante favorecida pela aliança desta com o governo Vargas (BARREIRA, 1999b, p.138). Tanto assim que durante o Estado Novo das onze escolas de enfermagem criadas, seis eram católicas^{xxxvii}.

Em 1939, Laís Netto dos Reys, imbuída do papel que caberia à escola padrão oficial, inserida na Universidade do Brasil, de centro gerador de líderes que pudessem multiplicar o número de escolas de enfermagem em todo o país, fez um apelo emocionado às autoridades, no sentido de que fosse aumentada sua capacidade de cem para duzentos e cinquenta alunas, visto que, em seus dezessete anos de existência, a Escola havia formado menos de mil enfermeiras^{xxxviii}. Além do aumento da capacidade da escola, a diretora reivindicava a melhoria de suas instalações, o aumento de verbas, do corpo de professores, do pessoal técnico e administrativo, de modo a que ela pudesse ser, de fato, a "Escola Padrão Nacional", assim como "Padrão Sul-Americano"^{xxxix}.

Assim, a diretora da EAN, passando "a falar em seu nome, ao empalmar seus anseios e demandas" (BOURDIEU, 1998, p.15), assumia no campo a posição de porta-voz do *anannerismo*. Nesse discurso enquadrado pelo populismo, a mística da enfermagem ganha forte tom devocional e nacionalista, reforçando a colaboração com a Igreja e com o governo, aliados entre si. A visão pessimista da Igreja sobre as mulheres e a feminilidade reforça uma "ética da expiação", que se insere no habitus profissional da enfermeira. Por sua vez, o Estado paternalista e autoritário, ao se constituir como um "patriarcado público", fez da família patriarcal o princípio e o modelo da ordem social como ordem moral, fundamentada na dominação masculina (BOURDIEU, 1999, p. 103, 105).

ATIVIDADES DAS ENFERMEIRAS NORTE-AMERICANAS NO BRASIL

Com a entrada dos Estados Unidos na segunda guerra, em 1941, o Brasil tem sua importância estratégica aumentada, tanto do ponto de vista geopolítico (instalação de bases aéreas na região nordeste) como de fornecedor de matérias primas essenciais ao esforço de guerra (a borracha da Amazônia e os minérios do Vale do Rio Doce). Após complicadas negociações, nas quais Vargas barganhava sua adesão em troca de um empréstimo financeiro, do reequipamento e treinamento das forças armadas nacionais e da instalação de uma usina siderúrgica, o Brasil, sob um regime ditatorial, contraditoriamente, em 1942, entra na guerra apoiando os EUA e as forças aliadas democráticas, indo fazer a guerra na Itália facista de Mussolini, fonte de

inspiração do Estado Novo (MOURA, 1984, p.58).

No mesmo ano de 1942 é criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)^{xl}, como órgão executivo do acordo Brasil - Estados Unidos, financiado pela Fundação Rockefeller e pelo laia, mas subordinado ao Ministério da Educação e Saúde e com a missão de sanear as regiões onde ocorria a extração de materiais estratégicos, nas quais eram endêmicas a febre amarela e a malária, bem como treinar médicos, engenheiros e enfermeiras de saúde pública (ALVIM, 1959, p. 143). Na verdade, o SESP correspondia a "um componente da política norte-americana, numa escala sistemática de acordos cooperativos entre os diversos governos da América Latina e o Instituto de Assuntos Inter-Americanos /IAIA (RAMOS, 1973, p. 117).

O SESP gozava de autonomia técnica, administrativa e financeira, e contava com uma Missão Técnica do laia junto à Superintendência do órgão, correspondendo, na prática "a uma instituição americana situada em solo brasileiro" (PINHEIRO, 1992, p.51). Seis enfermeiras norte-americanas, inclusive algumas ex-integrantes da Missão Parsons, participaram desta equipe, com a função de atuar como assessoras no nível ministerial, de organizar e implantar o serviço de enfermagem do SESP e de assessorar as líderes da enfermagem nacional, apesar de que a várias integrantes do grupo faltasse o domínio da língua portuguesa, conhecimento das características culturais das populações a serem assistidas bem como da área de trabalho (ALVIM, 1959, p.146, 150, 153). Não obstante, o SESP, de acordo com seus propósitos declarados, não deixou de contribuir para o desenvolvimento da enfermagem no Brasil, mediante: a cooperação técnica e ajuda financeira às escolas de enfermagem, incluindo a concessão de passagens aéreas e bolsas de estudo para suas alunas; a concessão de bolsas para o aperfeiçoamento nos EUA das enfermeiras indicadas pela diretora da EAN; e assessoria ao ministério e às secretarias de educação e saúde (PINHEIRO, 1992, p.89, ALVIM, 1959, p.146-147).

Clara Louise Kieninger^{xli}, chefe da missão, tendo sido a primeira diretora da Escola Anna Nery (1923-1925), estava credenciada para situar-se como interlocutora válida frente às enfermeiras brasileiras. Aqui chegando, ficou hospedada na residência da Escola, a convite de sua diretora, Laís Netto dos Reys, onde recebeu homenagens de professoras e alunas, inclusive durante as comemorações dos 20 anos da turma pioneira e por ocasião de seu aniversário natalício^{xlii}. E a turma que se formou em 1942 escolheu-a como paraninfa (KIENINGER, 1975, p.113). No mês seguinte foi estruturada a seção de treinamento de enfermagem, que tinha uma dupla finalidade: a de garantir a execução dos planos de trabalho aprovados pela superintendência do SESP e a de colaborar com instituições oficiais e privadas, para a elevação do nível dos serviços de saúde no Brasil (BASTOS, 1993, p. 44), pois à época, as poucas enfermeiras brasileiras concentravam-se nas escolas de enfermagem e nos serviços públicos de saúde.

Em sua apresentação na inauguração da III Semana de Enfermagem, realizada em maio de 1943, ficou clara a natureza política da missão de Kieninger no Brasil. Após ressaltar os feitos de Florence Nightingale na guerra da Criméia, de Clara Barton na guerra civil nos EUA e de Anna Nery na guerra do Paraguai, passou ela a tratar da situação

da enfermagem na 2ª guerra mundial. Ressaltou que nos EUA a proporção enfermeira/ combatente era de 1:200, pois “as mães pediram que seus entes queridos não seguissem sem enfermeiras” e que a moral das forças armadas era elevada, graças às nobres mulheres que acompanhavam as tropas e que somente “as melhores enfermeiras, dos caracteres mais límpidos” eram escolhidas para as forças armadas. Lembrando que no Brasil havia menos de mil enfermeiras diplomadas para uma população de 50 milhões de habitantes, perguntou: “Enfermeiras e mulheres do Brasil, estaremos prontas para ombrear com as nossas responsabilidades? Como iremos conseguir enfermeiras em número suficiente para cuidar dos soldados nos campos de batalha e das pessoas deixadas na retaguarda?” A seguir, fez uma exortação: “Deixemos de lado nossas ambições pessoais e nos dediquemos a esse esforço que nos auxiliará sobremodo a ganhar a guerra, de forma que não só nosso país, mas a alma conosco alcance sua Vitória!”^{XLIII}. Assim, o problema da guerra se constituía na razão de ser de sua presença no Brasil.

Nessa fala, mais uma vez, o discurso patriótico foi apropriado por uma mulher como “argumento irrecusável” para justificar sua posição e legitimar sua proposta, pautadas por um discurso masculino normativo e sob a autoridade militar. Por outro lado, nele a mística da enfermagem se reveste de caráter universal, reforçando a colaboração internacional e a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, mas fundamentado na crença da superioridade da civilização americana, no movimento sanitário internacional e no hospital moderno. E, mais uma vez, miss Kieninger protagoniza o papel de símbolo da mulher e da enfermeira americanas, das quais ela constituía o modelo e a porta-voz autorizada (BARREIRA, 1999a, p. 127, 130).

A RESISTÊNCIA DAS ENFERMEIRAS FEDERAIS À LIDERANÇA AMERICANA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Não obstante a boa acolhida dispensada à Clara Louise Kieninger e a anuência à sua participação em atividades como as reuniões da diretora com as enfermeiras diplomadas da Escola Anna Nery, Laís Netto dos Reis não permitiu a ingerência da assessora americana em sua gestão, dificultando a cooperação do IAIA/SESP com a EAN, considerada estratégica aos interesses americanos (OLIVEIRA, C. S.; BARREIRA, I. 2001, p. 11).

Apesar de mantidas as relações de cordialidade, na realidade d. Laís, detentora de capital cultural tanto no estado incorporado como no institucionalizado e também no estado objetivado^{XLIV} (BOURDIEU, 1998, p.73-79), nem aceitava a liderança de miss Kieninger, nem permitia sua interferência nos assuntos da Escola. As atas dessas reuniões chamam a atenção para um conflito latente^{XLIV}. Em reunião em que esteve ausente a assessora americana, d. Laís, após declarar “querer por em prática as idéias trazidas por miss Kieninger, de modo que a Escola pudesse ter melhor relevo na sociedade e dar melhor formação moral às diplomadas”, declarou que com a experiência que possuía em matéria de escolas de enfermagem tinha também tirado as seguintes conclusões: “já decorridos vinte anos da fundação da Escola Padrão, é necessário que se faça algo de maior (...) Temos muito conhecimento, mas não temos o

verdadeiro espírito de enfermeira e essa é a razão de virem estrangeiros e ficarem nos postos de enfermagem (...)”^{XLVI}. Fica assim explicitado qual o entendimento da educadora brasileira sobre a presença da assessora do IAIA, ou seja, como uma intrusão em espaços já ocupados pelas enfermeiras *ananéri*.

Kieninger tratou de estabelecer um intercâmbio direto com algumas instrutoras, convidando-as para atuar nos programas do SESP. Neste sentido, de maio a julho de 1943, Zaira Cintra Vidal, a convite de miss Kieninger, “diretora do projeto de enfermagem do SESP”, organizou em Vitória do Espírito Santo um curso de Emergência em Enfermagem, “para o trabalho de saneamento do Vale do Rio Doce”. Deste trabalho participaram também as enfermeiras Agnes Waddell Chagas^{XLVII}, Carlina Santa Rosa (da EE Carlos Chagas), Judith Areas e Ana Nava, ambas da EAN^{XLVIII}.

A intensa atividade política desenvolvida pela diretora da EAN ano de 1943, em diversos setores, evidenciava seu empenho em fortalecer suas alianças e ampliar a área de influência da escola. Somente no mês de outubro ela, a convite do ministro da Aeronáutica batizou o navio-ambulância “Anna Nery”, da FAB; visitou d. Darcy Vargas por seu restabelecimento e sua volta à presidência da LBA; visitou o interventor do Estado do Rio para agradecer seu comparecimento e o da 1ª dama do estado à cerimônia de formatura da Escola; visitou também d. Jayme de Barros Câmara, “a fim de apresentar as homenagens da EAN por sua investidura na Arquidiocese do Rio de Janeiro; e compareceu à União Nacional dos Estudantes, acompanhando a delegação de alunas que foi levar à UNE a flâmula da Escola^{XLIX}.

Outra iniciativa da diretora da EAN, na qualidade de presidente do Conselho de Enfermagem do MES, foi a de promover uma 1ª Reunião de diretoras de EE para o estudo dos problemas nacionais de enfermagem, sob a coordenação do Reitor da UB, realizada de 20 a 27 de novembro de 1943, no Pavilhão de Aulas da EAN. Participaram representantes das três escolas equiparadas à “escola padrão”: Carlos Chagas, Luiza de Marillac e a do Hospital São Paulo, da Escola Paulista de Medicina, bem como das três escolas que recém haviam iniciado suas atividades: duas de São Vicente de Paulo (de Goiás e do Ceará) e a EE anexa à Faculdade de Medicina da USP, e também das EE não equiparadas, mas oficializadas (Cruz Vermelha e Alfredo Pinto). Participaram ainda as superintendentes de enfermagem das divisões hospitalar e sanitária do DNS/MES, bem como da Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do DF. Durante a reunião o arcebispo do Rio de Janeiro celebrou missa por intenção da referida reunião^L.

Em fevereiro de 1944, d. Laís promoveu novamente na EAN uma 2ª Reunião de Diretoras para o estudo dos problemas de enfermagem nacionais. A conferência sobre “Organização da enfermagem em tempo de guerra” ficou a cargo da enfermeira americana Gertrude Hodgman, chefe do serviço de enfermagem do SESP desde outubro de 1943, presente também Clara Curtis, agora integrando este serviço, como coordenadora dos serviços de enfermagem no Distrito Federal^{LI}. Mais duas conferências seriam realizadas: uma em setembro de 1944 e outra em fevereiro de 1945, ambas com a participação de enfermeiras representantes do IAIA/SESP.

Entretanto, em junho de 1944, dois anos após o início do projeto IAIA/SESP no Brasil, o relatório relativo ao sub-projeto *Anna Nery School* a apresentava, apesar de certas restrições, como “a maior e melhor escola de enfermagem do Brasil”. No entanto, a avaliação do intercâmbio entre esta escola e as enfermeiras americanas era bastante desfavorável: “Nossos esforços para melhorar esta escola, mesmo com a indicação de miss Louise Kieninger para dedicar-lhe atenção integral nos anos de 1942-1943, não foram bem sucedidos, apesar de que algumas coisas tenham sido conseguidas^{LII}. Devido ao *criticismo* desta escola, desenvolveu-se um espírito de antagonismo ao NTP (NURSING TRAINNING PROGRAMM) entre um pequeno grupo de instrutoras da escola e da parte de sua diretora”. Diante desta situação problemática foi traçada uma política de sustentar uma atitude amistosa e colaboradora em relação à EAN, mantendo relações estreitas mas, ao mesmo tempo, tentar abrir outros canais de intercâmbio e cooperação com outras instituições e lideranças^{LIII}.

Por sua vez, Clara Walter Curtis^{LIV}, outra integrante da Missão Parsons (1923-1926) veio ao Brasil por solicitação da Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Distrito Federal, para organizar os serviços de saúde do município do Rio de Janeiro e organizar uma escola de enfermeiras. Com esta finalidade, ela promoveu, em julho de 1943, uma reunião com as enfermeiras de saúde pública, já então lotadas nos quadros da Prefeitura do Distrito Federal, no sentido de interpretar o sentido da cooperação bi-lateral a ser desenvolvida em prol do esforço de guerra^{LV}. E, em março de 1944, quando foi instituída uma comissão para elaborar o plano de criação da EE, Clara Curtis estava entre seus membros, juntamente com Zaira Cintra Vidal, futura diretora da escola a ser criada, a brasileira Mirabel Smith Ferreira Jorge e Aime Shaw Wells, americana. Integrava ainda a comissão o médico sanitário e antigo professor da EAN José Paranhos Fontenelle^{LVI}. Esta escola, depois Faculdade de Enfermagem da UERJ, foi criada apenas três meses após (OLIVEIRA, C.S. ; BARREIRA, I., 2001, p.10-11). Clara Curtis também visitou a Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, sob a direção de Maria de Castro Pamphiro (também da turma pioneira da EAN), designada para promover sua organização^{LVII}.

No mesmo ano de 1944, foi fundada a EE do Estado do Rio, mais tarde enquadrada na Secretaria de Educação do mesmo (ALVIM, 1959, p.146, AS PIONEIRAS, 1951, p.65). O significado político desta iniciativa fica evidente por suas bases de apoio: o SESP, financiado pelo governo americano; o governo do estado do Rio, cujo interventor era genro do ditador; e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) presidida pela 1ª dama do país. Tal significado é ainda mais realçado pela data do evento, 19 de abril, ou seja dia do aniversário natalício de Getúlio Vargas.

Enquanto isto, desde 1940, a Fundação Rockefeller patrocinava a implantação da escola de enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), anexa à faculdade de medicina^{LVIII}, com o objetivo principal de dar sustentação ao projeto do Hospital das Clínicas, em um contexto de tecnificação da medicina e do avanço do hospital moderno, como expressão da racionalização do processo de diagnosticar e curar. Nesta escola estadual, o corpo docente foi desde logo integrado por docentes brasileiras, que se

havam graduado nos Estados Unidos^{LIX}, especialmente para participar de sua implantação (BAPTISTA; BARREIRA, 1999, p.73). Sua primeira diretora, indicada pela Fundação Rockefeller, foi Edith de Magalhães Fraenkel, sucessora de Ethel Parsons na Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP, desde 1931, e que inclusive não era católica. E embora diplomadas pela Escola Anna Nery também tenham participado do corpo docente da nova escola^{LX}, o que de fato ocorreu foi o surgimento de um outro modelo de ensino de enfermagem, fora da liderança da “escola padrão”, conforme a política para ela definida pelo IAIA e pelo SESP.

Apesar daquele “apelo emocionado” de Laís Netto dos Reys, em 1939, pedindo o aumento da capacidade da EAN, bem como maior apoio governamental, de modo que a escola pudesse ser, de fato, a “Escola Padrão Nacional”, assim como “Padrão Sul-Americano”, meses antes da aula inaugural da EE da USP, a imprensa noticiava “Em São Paulo a maior Escola de Enfermagem da América do Sul”^{LXI}. E, ao contrário da EAN, a nova escola manteve estreita cooperação com o IAIA, aceitando a assessoria de miss Ella Hasenjeager por muitos anos. Além disso, constituiu-se em outro “centro gerador de líderes que pudessem multiplicar o número de escolas de enfermagem em todo o país”, como d. Laís definira o papel da EAN.

ATUAÇÃO DAS ENFERMEIRAS AMERICANAS JUNTO ÀS ENFERMEIRAS BRASILEIRAS NA ITÁLIA E NOS EUA

A influência das enfermeiras norte-americanas sobre a enfermagem brasileira se fez também de outro modo, ou seja, pela sua participação conjunta nos serviços de saúde das forças armadas de seus países. Seguiram para a guerra, a partir de maio de 1944, com os cerca de 25 mil homens^{LXII}, apenas sessenta e sete enfermeiras (em pequenos grupos), das quais somente oito eram diplomadas, sendo três pela EAN^{LXIII}, e uma parteira (CYTRYNOWICZ, 2000, p.80, SILVA, 1996, p.160, VIANNA; BARREIRA, 2001, p.21). As demais presumivelmente seriam socorristas. Na Itália a FEB integrou o V Exército dos EUA, sob o comando do general Mark W. Clark. Os médicos e enfermeiras, juntamente com os sargentos com curso de enfermagem do exército, todos subordinados ao chefe do serviço de saúde da FEB^{LXIV}, foram lotados em diferentes tipos de hospitais: de retaguarda (*general hospitals*), hospitais intermediários (*station hospitals*) e hospitais de campanha (*field hospitals*), em várias cidades italianas e cujos serviços de enfermagem eram chefiados por enfermeiras americanas, com a patente de major ou capitão, responsáveis inclusive pelas brasileiras^{LXV}, as quais, independentemente de suas qualificações, tinham as mesmas atribuições e trabalhavam em conjunto com as equipes americanas, mesmo sem o domínio da língua inglesa, atendendo também militares de várias nacionalidades (SILVA, 1996, p.16-17, 158, 168-169).

Deste modo, as brasileiras entraram no jogo do poder com enormes desvantagens em relação às americanas, começando pela competência técnica, inserção no serviço de saúde, domínio do idioma “oficial”, aparência pessoal (padrão étnico, qualidade dos uniformes e da lingerie, uso diversificado de artigos de toalete). Mais uma vez o padrão americano foi assimilado pelas enfermeiras brasileiras, que passaram a usar os produtos americanos, inclusive os

uniformes de enfermeira. Houve também o que se poderia chamar de “treinamento em serviço” com as enfermeiras americanas, que as ensinavam a trabalhar com novos equipamentos e medicamentos^{LXVI}. Ocorreu assim para elas um ganho de capital cultural, de diversas naturezas.

Nos EUA, as enfermeiras militares americanas treinaram o pequeno grupo de enfermeiras diplomadas pela EAN que integrou a FAB, nelas reforçando o habitus profissional adquirido em cursos de pós-graduação naquele país. De outro modo, as enfermeiras civis formaram professoras para a EE da USP, novo pólo de irradiação da enfermagem moderna no Brasil, as quais por sua vez, como antes ocorrera com as professoras da EAN, “aprendiam *in loco* o discurso da enfermagem norte-americana, no idioma original”, tornando-se elas também “lídimas sucessoras e interlocutoras preferenciais para uma reprodução sempre atualizada” (BARREIRA, 1999a, p. 132).

A (RE)CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DA ENFERMEIRA BRASILEIRA

O regime estadonovista, ao tempo em que montou uma eficiente máquina de repressão a qualquer manifestação contrária ao regime e ao governo, tratou de construir uma imagem ideal de Vargas, mediante uma propaganda oficial e sistemática, que o apresentava como grande estadista, protetor das famílias, benfeitor dos trabalhadores e pai dos pobres. Esta prática de culto à personalidade se estendeu à família do ditador, com destaque para sua esposa, d. Darci Vargas, 1ª dama do país, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e também para sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto^{LXVII}, com marcante atuação política junto ao presidente e também ao seu marido, Ernani do Amaral Peixoto, militar da Marinha e interventor do estado do Rio de Janeiro durante todo o Estado Novo (ROCHA; BARREIRA, 2001, p.5, 10-12, 17-19).

Por outro lado, a partir dos anos 30, acelerou-se o processo de reconfiguração da imagem da mulher na sociedade brasileira, com um maior acesso à instrução e o incremento do ingresso das mulheres de todas as camadas sociais no mundo do trabalho. Evento emblemático foi a conquista do voto feminino. No entanto, a questão racial permaneceu intocada. Os ideais eugênicos emanados da Europa foram aqui assimilados sob a forma de uma política de “embranquecimento da nação”, considerado necessário ao projeto modernizador da República (FERREIRA; BARREIRA, 1999, p.7).

Um dos obstáculos ao desenvolvimento da enfermagem neste período, à época uma profissão incipiente, foi o baixo nível de escolarização da população feminina brasileira, que impedia que houvesse um fluxo contínuo de candidatas de bom nível demandando a carreira (BAPTISTA; BARREIRA, 1999, p.72). Neste sentido, a mulher negra, como desde a criação da EAN, continuava a ser duplamente discriminada (FERREIRA; BARREIRA, 1999, p.16).

A EAN sempre envidara esforços no sentido de atrair ex-normalistas, consideradas o modelo de candidata para o curso de enfermagem. No entanto, a porcentagem desse tipo de candidata, que durante o período da Missão Parsons (1923-1931) foi de 37% (73:197), baixou para 34 % (96:282) no período seguinte (1931-1937), caindo ainda para 23,5 %

(118:501) durante o período do Estado Novo correspondente à gestão de d. Laís (1938-1945).

No que se refere ao curso normal como fator de êxito das alunas, ou seja, para a obtenção do diploma de enfermeira, durante a Missão Parsons, 41 % (45:110) das diplomadas pela EAN tinham feito o curso normal, portanto nove pontos percentuais acima das excluídas que possuíam este curso, isto é, 32% (28:87). Ao contrário, nos períodos seguintes a situação se inverteu: de 1931-1938, 32,5 % (48:148) das diplomadas e 36 % (48:134) das excluídas eram ex-normalistas, portanto uma diferença de -3,5 pontos percentuais. E de 1938–1945 essa diferença negativa se amplia para -5 pontos percentuais: 26 % (63:244) das diplomadas e 21 % (55:257) das excluídas tinham o curso normal. Assim é que, apesar da valorização da candidata portadora de diploma de curso normal, este não parece se ter constituído em fator de sucesso das alunas, pelo menos para o período do presente estudo, o Estado Novo. Este fato poderia ser atribuído a uma alta eficácia do processo de seleção, que permitiria o ingresso apenas das candidatas que apresentassem as habilidades (cognitivas e outras) necessárias a um bom desempenho no curso de enfermagem, independentemente da realização ou não do curso normal. Outra possibilidade é a que tenha havido uma mudança nos critérios de avaliação, passando a haver uma maior valorização dos atributos gerais de personalidade do que especificamente do preparo intelectual das candidatas (FERNANDES; BARREIRA, 2001, p.8-16). Vale lembrar ainda que, a partir de meados dos anos 30, mudou o perfil do corpo discente, com um crescente contingente de alunas do norte/nordeste, as quais ou não teriam tido acesso ao curso normal ou onde talvez a escola normal apresentasse diferenças no nível de preparo.

Entretanto, surgiu um novo perfil de enfermeira de saúde pública federal, que por determinação presidencial passou a atuar junto aos departamentos estaduais de saúde. Esta mudança acarretou comportamentos excêntricos ao padrão feminino, como o de viajar desacompanhada. E uma vez delegada a função de realizar as visitas domiciliares, cabia às enfermeiras de saúde pública o papel de supervisoras, de modo a garantir a qualidade do serviço e, ao mesmo tempo, atuar como assessoras técnicas, junto ao diretor do departamento de saúde pública no estado.

Ao mesmo tempo, a vigência do “padrão Anna Nery”, durante todo o período estudado, para efeito de equiparação das demais escolas, manteve os princípios da hierarquia e da disciplina como fundamentos da formação da enfermeira e se incorporou ao ethos da enfermeira brasileira (BAPTISTA; BARREIRA, 1999, p.72). Neste sentido, uma educadora que pode ser apresentada como paradigma deste modelo é mesmo Laís Netto dos Reys, diretora da “escola padrão”, da mesma geração de Darci Vargas, figura carismática, possuidora de grande habilidade política, que construiu fortes alianças com a Igreja e com as autoridades governamentais, emprestando considerável prestígio ao cargo que ocupou por mais de uma década (ROCHA; BARREIRA, 2001, p.12-16). No entanto, o clima de autoritarismo vigente, que perpassava todos os setores da sociedade, também se fazia sentir na EAN, por exemplo: “a bem da ordem e da disciplina” a diretora dissolveu o Conselho de Alunas, fechou seu jornalzinho “A Lâmpada” e suspendeu duas alunas, uma por dois meses e

outra por quinze dias^{LXVIII}.

Na década seguinte, a 2ª guerra mundial rompeu com as normas estabelecidas para as relações sociais em geral e de modo particular para o comportamento feminino. Durante a guerra, ao tempo em que as enfermeiras diplomadas brasileiras não conseguiram fazer valer os princípios de divisão do trabalho que mantivessem seu distanciamento do pessoal sem formação profissional, ocorreu um renovado impacto da influência das enfermeiras norte-americanas, em diversos lugares (no Brasil, na Itália e nos EUA) e de diferentes modos.

As que vieram atuar no Brasil como representantes autorizadas do governo de seu país, além de tentar orientar o funcionamento da “escola padrão oficial” e a criação de outras escolas, implantaram um novo modelo de serviço de enfermagem de saúde pública rural, que viria a se tornar paradigmático. As que trabalharam como oficiais do exército americano na *front* da Itália, junto com as enfermeiras brasileiras da FEB, ensinaram-lhes um outro habitus profissional e um outro estilo de consumo. Nos EUA, enfermeiras americanas treinaram enfermeiras diplomadas federais para a guerra (o grupo da FAB), nelas reforçando o habitus profissional que já haviam adquirido em bolsas de estudos naquele país, como também prepararam enfermeiras para a paz (as futuras professoras da EE da USP), iniciando assim a formação de um outro grupo de elite, no interior de uma universidade governamental, pertencente ao estado mais industrializado do país.

De todos os modos, surgiu no imaginário coletivo a representação da enfermeira como mulher economicamente emancipada, apesar de inconscientemente continuar a reproduzir certos “princípios de visão e de divisão geradores dos gêneros” (BOURDIEU, 1999, p.102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acentuada transição histórica e social do período é evidenciada pela ruptura da imagem feminina tradicional e pelo surgimento de novas figuras-tipo de mulher. A reconfiguração da imagem da mulher, que passa a conquistar espaços na vida pública, apresenta tanto figuras exemplares, que atuaram dentro dos limites aceitáveis pelos detentores do poder, quanto figuras transgressoras da ordem social em vigor. Mas, por meios e modos distintos, figuras de ambos os tipos conseguiram, de algum modo exercitar o poder e dar visibilidade aos seus nomes e ao espaço onde atuaram.

Neste contexto inserem-se novas profissões femininas, com destaque para a enfermagem, que se constituiu em importante vetor de emancipação econômica da mulher. No entanto, as enfermeiras, em geral, buscaram alcançar melhores posições no campo em que atuavam mediante estratégias de evitação do confronto com a ordem dominante e, ao contrário, procurando alianças e oportunidades para obter visibilidade e reconhecimento social. Para tanto, a enfermeira diplomada tinha que lutar em várias frentes, adotando estratégias de distanciamento, de modo a evidenciar sua distinção em relação a todos os demais exercentes de enfermagem que, no entanto há tempos haviam tomado posição no campo (freiras, enfermeiros militares, práticos em geral).

A mudança na composição do corpo discente da

EAN, com um maior número de candidatas das regiões norte e nordeste, e com menor escolaridade, ao tempo em que abriu novas possibilidades à difusão do modelo de enfermeira “padrão Anna Nery”, pelo aumento da demanda, pela possibilidade de abertura de escolas em seus estados de origem, da organização de seus serviços de saúde pública e de seus hospitais, aumentando assim sua área de influência no campo da enfermagem e portanto de força no jogo de poder, também pode ter concorrido para a diminuição de seu prestígio, não se caracterizando mais como uma escola adequada às moças da elite, detentoras de um maior capital cultural.

As enfermeiras diplomadas continuavam dependentes das ofertas de emprego no serviço público, notadamente no nível federal: MES e PDF. O processo de profissionalização do exercício da enfermagem se fazia lentamente: religiosas, militares e práticos, apesar das novas normas legais, continuavam a exercer a profissão sem maiores restrições, ocupando inclusive cargos de chefia de enfermagem nos serviços de saúde; também por ocasião da formação do quadro de enfermeiras da FEB não foi feita qualquer distinção entre diplomadas e não diplomadas. No entanto, as escolas de enfermagem, graças à instituição do “padrão oficial”, tiveram os cargos de diretora e de instrutora reservados às enfermeiras diplomadas.

Pode-se considerar que neste período consolidou-se uma “elite nativa” (iniciada desde os tempos da Missão Parsons), formada em grande parte por ex-bolsistas da Fundação Rockefeller, que haviam completado sua formação na América do Norte e que portanto eram detentoras dos códigos inerentes ao habitus da enfermeira americana. Este grupo, composto por instrutoras da EAN e chefes de enfermagem dos hospitais do MES, e liderado pela diretora desta escola, Laís Netto dos Reys, aliada da Igreja católica, no momento da cooperação Brasil-Estados Unidos para o esforço de guerra, ofereceu resistência às enfermeiras do laia e mormente à sua figura de proa, Clara Louise Kieninger, que havia organizado a EAN, como sua primeira diretora, à época da Missão Parsons.

A este comportamento reativo, consubstanciado no reforço ao espírito de grupo, o *anarismo*, os representantes do IAIA no Brasil, bem como os dirigentes do SESP, adotaram estratégias correspondentes, buscando formas alternativas de ocupar melhores posições no campo da enfermagem e de obter colaboração para o alcance de seus objetivos, que sendo de natureza técnica, mediavam a meta visada, que era de natureza política. Entre as novas alianças seladas, chama a atenção as diretrizes adotadas para a implantação da Escola de Enfermagem da USP: independência em relação à área de influência da EAN e inserção da EE na Faculdade de Medicina, determinando o surgimento de um padrão concorrente ao “padrão oficial”.

Deste modo, essas mulheres enfermeiras, ao lutar pela produção e imposição de uma visão de mundo legítima (BOURDIEU, 1989, p.140) ao se inserirem em diferentes grupos de interesse que, por sua vez, lutavam entre si para impor sua própria visão de mundo, muitas vezes se colocaram em posições antagônicas, ainda que mantendo certos ideais em comum (BARREIRA, 1999, p.125-126). De todos os modos, surge no imaginário coletivo a representação da enfermeira como mulher emancipada, apesar de

inconscientemente continuar a reproduzir certos "princípios de visão e de divisão geradores dos gêneros" (BOURDIEU, 1999, p.102).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, E. de F. Quinze anos de enfermagem no Serviço Especial de Saúde Pública. **Rev. Bras. Enferm.**, Rio de Janeiro, ano 12, n.2, p.143-159, jun.1959.

AS PIONEIRAS. **Zaira Cintra Vidal**: dados biográficos sobre a sua vida profissional. Rio de Janeiro, órgão do Diretório Acadêmico Carlos Chagas da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo, junho de 1951.

BAPTISTA, S. de S.; BARREIRA, I. de A. Condições de surgimento das escolas de enfermagem brasileiras. **R. Alternativa Enferm.**, ano 1, n. 2, p. 4-16, maio 1997.

BAPTISTA, S. de S.; BARREIRA, I. de A. Docentes e estudantes no processo de mudança do ensino de enfermagem no Brasil. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.8, n.1, p. 67-79, jan./abr., 1999.

BARREIRA, I. de A. **A enfermeira ananéri no país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

BARREIRA, I. de A. Contribuição da História da Enfermagem Brasileira para o desenvolvimento da profissão. **Escola Anna Nery: Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, p. 125-141, abr. 1999.

BARREIRA, I. de A. Transformações da prática da enfermagem nos anos 30. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v.52, n.1, p. 129-143, jan./mar. 1999.

BASTOS, N. C. de B. **SESP/FSESP (1942-1991)** – Evolução histórica. Recife: Comunicarte, 1993. 521p. ilustr., mapas, tab. v.10, n.2.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. (Coleção memória e sociedade).

_____. Os três estados do capital cultural. Nogueira, Maria Alice & Catani, Afrânio (Orgs). In _____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

CARVALHO, A. C. de. **Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976**: documentário. Rio de Janeiro: ABEn, 1976.

CHAGAS, E. Enfermagem em face do problema rural do Brasil. **Annaes de Enfermagem**, ano 6, n.15, p. 6-7, dez. 1938.

CYTRYNOWICZ, R. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda guerra mundial. **História, Ciência & Saúde**, v.7, n.1, p. 73-90, mar./jun. 2000.

CORTÊS, S. M. V. Os serviços estaduais de saúde antes de 1940. **Boletim de Saúde**, Porto Alegre, v.11, n. 2, p. 32-38, dez., 1984.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERNANDES, S. M.; BARREIRA, I. de A. **As carreiras de professora primária e de enfermeira no Brasil (1923-1945)**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

FERREIRA, M. C. L.; BARREIRA, I. de A. **Minorias discriminadas e trabalho qualificado**: o acesso de mulheres negras à enfermagem profissional nos anos 30. UFRJ: Rio de Janeiro, 1999. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

HOCKMAN, G.; FONSECA, C. M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45 In: PANDOLFI, D. C. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

KIENNINGER, C. L. **Ich Diem**. Edited and compiled by Elizabeth Claire Prophet. Colorado: The Summit Lighthouse Inc, 1975.

LIMA, I. B. Enfermeiras brasileiras no "front" italiano. São Paulo, **Anais de Enfermagem**, n.17, p.14-19. out./dez. 1945.

MOURA, G. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, C. S. de; BARREIRA, I. de A. **Enfermeiras norte-americanas nos serviços de saúde do Brasil na 2ª guerra mundial**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

OLIVEIRA, E. de; BARREIRA, I. de A. **Enfermeiros práticos e enfermeiras diplomadas**: a luta pela ocupação dos espaços no Estado Novo (1937-1945). UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

OLIVEIRA, J. A. de A.; TEIXEIRA, S. M. F. **Im(previdên-cia) social**: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes / Rio de Janeiro: Abrasco, 1986. 360 p.

PINHEIRO, T. X. A. **Saúde Pública, burocracia e ideologia**: um estudo sobre o SESP (1942-1974). 1992, 173 p. DiSSERTAÇÃO (Mestrado) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal.

PONTES, D. Relatório do serviço realizado em Recife – Pernambuco. **Annaes de Enfermagem**, ano 6, n. 15, p. 40-43, dez. 1938.

RAMOS, R. A integração sanitária: doutrina e prática. **Revista da FSESP**, Rio de Janeiro, t. 8, v. 1 e 2, 1973.

RIBEIRO, E. C. da S.; BARREIRA, I. de A. **O processo de formação do corpo docente da Escola Anna Nery nos anos 20 e 30**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

ROCHA, L. B. da S.; BARREIRA, I. de A. **A enfermagem e a condição feminina: figuras-tipo de mulheres no Estado Novo**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

RODRIGUES, A. P. da S. **A vida de Edith de Magalhães Fraenkel**, 1985. Não publicado.

RODRIGUES, B. de A. **Fundamentos da administração sanitária**. Rio de Janeiro: Usaid, 1967.

SILVA, M. F. **Resgatando a memória**: enfermeiras na Força Expedicionária Brasileira na 2ª guerra mundial. 1996. 190 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, C. L. dos S. et al. Alunas religiosas na Escola de Enfermagem Anna Nery. **Esc. Anna Nery R. Enferm.**, Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, p. 49-65, abr./set. 1998.

VIANNA, I. L. da S.; BARREIRA, I. de A. **As enfermeiras brasileiras na segunda guerra mundial**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. Relatório parcial de bolsa de IC/CNPq.

NOTAS

^I Lei 378 de 13/1/37. As sedes das delegacias foram implantadas nas cidades do Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

^{II} Lei 118, de 18/11/35, que organiza o Serviço de Enfermagem da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social.

^{III} Lei 452, de 5 de julho de 1937, que organiza a UB a ela incorporando a EAN como instituição de ensino complementar, para o ensino de enfermagem e de serviço social.

^{IV} Decreto-lei nº 590/38.

^V Relatório da enfermeira de saúde pública Dulce Pontes (ver bibliografia).

^{VI} Ver o verbete correspondente em “Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras) / EEAN.

^{VII} Centro de Documentação da EEAN. Ata da 2ª sessão ordinária, de 12/2/44, da 2ª Reunião de Diretoras para o estudo dos problemas nacionais de enfermagem, promovida pela EAN, p.12.

^{VIII} Sumário das principais realizações da Escola Anna Nery no período de 1931 a 1940. Centro de Documentação da EEAN, 1940, cx 70, doc. 59.

^{IX} Então chefe do Laboratório Instituto Oswaldo Cruz, irmão de Carlos Chagas.

^X Decreto nº 1.040 / 39.

^{XI} Decreto-lei nº 5263 / 43.

^{XII} Decreto-lei nº 31714 / 41, regulamentado pelo decreto nº 8674 / 42.

^{XIII} Uma vez aprovados nesse exame esses exercentes poderiam se inscrever junto aos órgãos de saúde pública (federal ou estaduais) como enfermeiros práticos. Decreto nº 23 774 / 34.

^{XIV} Centro de Documentação da EEAN: 1940, cx 71, doc 104.

^{XV} Edith de Magalhães Fraenkel, primeira presidente da Abed.

^{XVI} Centro de Documentação da EEAN. Relatório da diretora 1939: mar. p. 73. e maio. p.129.

^{XVII} Centro de Documentação da EEAN: Relatório Anual do Serviço de Enfermeiras, anos 1931.

^{XVIII} Centro de Documentação da EEAN: Relatório Anual do Serviço de Enfermeiras, anos 1932, 1935 e 1936.

^{XIX} criada em maio de 1932, para divulgar artigos sobre a enfermagem, escritos por enfermeiras e também por médicos ligados à EAN.

^{XX} Hilda Anna Krisch, Delizeth de Oliveira Cabral, Aurora de Affonso Costa e Alayde Borges Carneiro.

^{XXI} hospitais gerais: New York Hospital; o hospital da universidade John Hopkins, em Baltimore; a Clínica Mayo, em Rochester; Lakeside Hospital em Mineápolis; o Bellevue Hospital; Mary Mc Clellan Hospital, em Cambridge, N.Y.; hospitais especializados: Buttler Hospital, em Providence, R.I. e o St Elizabeth Hospital , ambos de psiquiatria, o hospital Charles V. Chapin, de doenças contagiosas, em Providence, R.I. e o hospital de tuberculosos em Glenlake; o serviço de enfermagem de saúde pública do Harlem, Nova York; universidades: Teacher’s College, da Universidade de Colúmbia, N.Y.; Universidade de Mineápolis, Min.; Universidade

de Western Reserve, em Cleveland; Universidade de Toronto, Canadá. Algumas conheceram o State Board Examination no Departamento de Educação, em Albany ou a Visiting Nurses Association de Mineápolis. Pontos obrigatórios eram: a visita a Washington, à Cruz Vermelha Americana, à embaixada do Brasil e ao Panamerican Building. “Viajantes”, notícia publicada na revista Anais de Enfermagem ano 6, n. 15, dez. 1938, p. 44-45.

^{XXII} Saúde pública, doenças contagiosas, tuberculose, psiquiatria, medicina, cirurgia, pediatria, pré e pós-natal, creches, controle da natalidade, oftalmologia, ORL, administração e ensino.

^{XXIII} Portaria ministerial nº 4744 de 9 de agosto de 1943.

^{XXIV} Decreto- lei nº 6.097, regulamentado pelo decreto nº 14 257, ambos de 13/12/43, alterado pelo decreto nº15031, de 14/3/44.

^{XXV} A diretora da EAN ofereceu a colaboração das enfermeiras no Corpo Expedicionário, porém sob certas condições, que não foram aceitas, o que foi por ela informado em entrevista à imprensa. Centro de Documentação da EAN. Ata da 2ª sessão da 2ª Reunião de Diretoras para o Estudo dos Problemas Nacionais de Enfermagem, 14/2/44, p. 18 verso e 19.

^{XXVI} Centro de Documentação da EEAN, cx 75, doc.3, 1943.

^{XXVII} Ver verbete correspondente em “Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)/ EEAN.

^{XXVIII} Decreto-lei nº 6.663, de 7/7/44.

^{XXIX} Em janeiro de 1944 seguira para a Europa o Grupo de Caça da FAB, para participar da luta contra a Alemanha.

^{XXX} Regina Bordalo, Ocimara Moura, Judith Areas, Antonina Martins e Izaura Barbosa Lima.

^{XXXI} Ver verbete correspondente em “Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)/ EEAN.

^{XXXII} Centro de Documentação da EEAN. Recorte de jornal “O Globo”, 13/7/44: “Partiu para o *front* o filho do sr Getúlio Vargas: outros segundos-tenentes, médicos e enfermeiras seguiram no mesmo avião (...)”. A notícia inclui foto dos mesmos no interior do avião.

^{XXXIII} Ver o verbete correspondente em “Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)/ EEAN.

^{XXXIV} “As homenagens de Belo Horizonte a Exma Snra D. Lais Netto dos Reys, por motivo de sua transferência para o Rio: a ilustre diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas foi alvo de magníficas manifestações”, notícia publicada na revista Anais de Enfermagem ano 6, n. 15, dez. 1938, p. 25-29.

^{XXXV} Ver o verbete correspondente em “Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)/ EEAN.

^{XXXVI} Centro de Documentação da EEAN: memo da diretora de 19/2/40, cx 69, doc.17.

^{XXXVII} EE do Hospital São Vicente de Paulo (uma em Goiania e outra em Fortaleza), EE Hugo Werneck (em Belo Horizonte) e a EE N.S. das Graças (no Recife), além das duas já mencionadas acima. Ainda no período do Estado Novo, em 1944, foram criadas as EE do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, então capital do estado do Rio, a Escola Rachel Haddock Lobo, no Distrito Federal e a EE do Pará (Baptista & Barreira, 1997, p. 13).

^{XXXVIII} Centro de Documentação da EEAN: Relatório Anual do Serviço de Enfermeiras, ano 1939.

^{XXXIX} Centro de Documentação da EEAN. Sumário das principais realizações da EAN no período 1931-1940. Cx 70, doc. 59.

^{XL} Decreto-lei nº 4321, de 21 de maio de 1942.

^{XLI} Ver o verbete correspondente em “Quem é Quem na História

da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)/EEAN.

^{XLII} Centro de Documentação da EEAN: 1942, cx 75, doc.3.

^{XLIII} Centro de Documentação da EEAN: Discursos pronunciados por ocasião da III Semana da Enfermagem, realizada de 12 a 20/5/43. Cx 75, doc. 5.

^{XLIV} Segundo Bourdieu o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado institucionalizado, sob a forma de títulos e diplomas; e no estado objetivado sob a forma de bens culturais.

^{XLV} Essas reuniões eram presididas por ambas as líderes, o que não atende à boa norma; em certa reunião, nota-se que a diretora da escola evita interpretar a proposta de sua assessora para o grupo; em outra ocasião, d. Laís delega às chefes de enfermagem a cooperação solicitada por miss Kieninger para o estudo sobre a organização e funcionamento das enfermeiras que servem de campo de estágio para a escola; em um momento, a ex-diretora da escola parece invadir a área de atuação de d. Laís (famosa por seu carisma e relacionamento maternal com as alunas); em outro momento ela parece se exceder, ao sugerir a adoção pela EAN de práticas vigentes das escolas de enfermagem americanas. Centro de Documentação da EAN. Reuniões das enfermeiras diplomadas da EAN: atas da 6ª e 11ª reuniões, realizadas em 7/12/42 e em 31/1/43 (Livro de atas); e resumos das reuniões de 15 e 16/2/43 (cx 75, doc.9).

^{XLVI} Centro de Documentação da EEAN. Livro de atas das reuniões de enfermeiras diplomadas da EAN: ata da reunião de 1/9/1943 (s/ nº da reunião).

^{XLVII} Casada com Evandro Chagas.

^{XLVIII} Centro de Documentação da EEAN: Relatório de atividades junto ao Sesp. 1943, cx 75, doc. 8.

^{XLIX} Centro de Documentação da EEAN. Relatório anual da diretora: 1943, outubro.

^L Centro de Documentação da EEAN. Relatório anual da diretora: novembro de 1943.

^{LI} Centro de Documentação da EEAN. Ata da 2ª sessão da 2ª Reunião de Diretoras para o Estudo dos Problemas Nacionais de Enfermagem, 14/2/44.

^{LII} Até o momento da elaboração do referido relatório, a única ajuda financeira prestada à EAN pelo Sesp/IAIA fora o custeio de dez passagens de candidatas, de seus estados para o Rio de Janeiro. Neste momento foram alocados cerca de 15 mil dólares pelo Sesp ao NTP, sendo que esta soma só poderia ser excedida mediante acordo escrito e assinado pelas partes interessadas.

^{LIII} Os planos traçados, pelo Superintendente do Sesp e pelo representante no Brasil da divisão de Saúde e Saneamento do IAIA, foram no sentido de: manter relações cordiais com a EAN, prestando-lhe toda a ajuda possível; estabelecer certa competição a ela, em bases profissionais e amigáveis; tentar obter sua cooperação para o aperfeiçoamento dos serviços e do ensino de enfermagem no país, bem como os serviços de suas diplomadas em projetos de seu interesse; tornar possível relações amigáveis com as enfermeiras da EAN que desejassem colaborar com eles; manter contato com os programas e atividades da Escola, para sua melhor compreensão da situação da enfermagem no país. Fonte: Casa de Oswaldo Cruz. Dpto de Arquivo e Documentação. *Brazilian Field Party of Institute of Inter American Affairs and the Serviço Especial de Saúde Pública. Subproject Description NT – RJA – 14 – 2: Anna Nery School: cx 8, doc. 74.* Original em inglês.

^{LIV} Ver o verbete correspondente em “Quem é Quem na História da Enfermagem Brasileira”, base de dados do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)/EEAN.

^{LV} Centro de Documentação da EEAN, cx 9, doc. 83 e 85, 1943.

^{LVI} Dpto de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Doc.83, cx 9. Boletim n. 876, de 24/3/44.

^{LVI} Livro de Visitas da EEAP.

^{LVIII} Decreto-lei estadual nº 13.040, de 31/10/42.

^{LIX} Maria Rosa de Souza Pinheiro, Zilda de Almeida Carvalho, Glete de Alcântara e Lúcia Jardim.

^{LX} Luiza Thenn de Araujo, Hilda Anna Krish, Haydée Guanais Dourado, Margarida Rosa e Yolanda Lindenberg Lima.

^{LXI} Recorte de jornal: “A Gazeta”, de 17/7/43 in Rodrigues, 1985, p.59.

^{LXII} que integravam a 1ª Divisão Expedicionária, sob o comando do general João Batista Mascarenhas de Moraes (Falcão, 1999, p.213).

^{LXIII} Nair Paula de Melo, Olga Mendes e Altamira Pereira Valadares.

^{LXIV} Coronel médico Emmanuel Marques Porto.

^{LXV} O não enquadramento militar das enfermeiras da FEB criou enormes problemas de ordem prática, uma vez que as enfermeiras americanas tinham patentes de oficiais e não havia acomodações femininas para os dois escalões. A solução encontrada foi a do “jeitinho brasileiro”: as enfermeiras brasileiras nominalmente passaram ao posto de 2º tenente, mas não oficialmente, quer dizer, não em relação ao soldo e à sua situação funcional por inteiro (Camerino, 1999; Silva, 1996, p. 148).

^{LXVI} As cinco enfermeiras diplomadas pela EAN que se engajaram-se na FAB foram treinadas por enfermeiras americanas em *Nursing Air Evacuation*, na base aérea de *Mitchel Field*, no estado de Nova York. Na Itália, embora tenham atuado em um *general hospital* e em um *station hospital*, não integraram equipes de saúde ao lado de enfermeiras ou médicos americanos.

^{LXVII} No contexto de violências políticas e repressão sexual que caracteriza o período, não poderiam deixar de surgir na sociedade personagens transgressoras do padrão moral vigente, que também representam, mas de outro modo, a geração de Alzirinha Vargas, como a intelectual e militante política Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, que viveu o lado sombrio do governo Vargas e sua polícia política. Bem diferente é a trajetória de outra figura feminina pública, a vedete do teatro de revista Virgínia Lane, cujo envolvimento com o presidente é assunto controverso, cabendo versões tanto da natureza sexual de suas relações, como de mais um pretexto para a divulgação de Vargas como protetor da classe artística, ou ambas as coisas (Rocha & Barreira, 2000, p. 21).

^{LXVIII} Centro de Documentação da EEAN. Relatório da diretora, 1939, jun., p. 158.